

7 / 1 / 2013

(Arqto. Miguel Frazão)

8 / 1 / 2013

A Vereadora

(Arqta. Alexandra Gesta)

REQUERENTE: José Castro Oliveira
ASSUNTO: Obras de Reconstrução, alteração e ampliação
LOCAL: Rua de Couros, n.º68A
PROC. OBRAS: 447/09
REGISTOS: (DPGU) 8392/12 de 14/11/2012 (DCH) de 30/11/2012
DATA: 3/01/2013

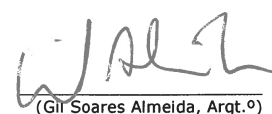
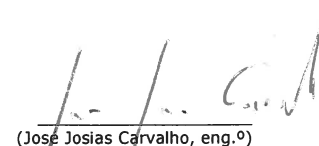
O requerente com o aditamento apresentado, dá satisfação às questões expressas em parecer técnico de 29/09/2012 (registo 6952 de 20/09/2012 - D.O.P.), nomeadamente o desenho das fachadas consideradas pré-existentes no que diz respeito á cércea e volumetria, como á proporção dos vãos propostos. Apresenta também os desenhos de sobreposição existente/proposto solicitados, bem como pormenorização das caixilharias, chaminés e varandas.

Relativamente ao Plano de Acessibilidades, o projecto dá cumprimento ao exigido pela legislação com a excepção da Secção 4.8 do Decreto-lei 163/06, referente aos ressaltos no Piso, em virtude da altura da soleira do edifício ser superior a 0,2cm. No entanto, somos de excepcionar este ponto, enquadrando-o no ponto 1 do Artigo 10 do mesmo Decreto-lei, dadas as características morfológicas e arquitectónicas do edificado no Centro Histórico de Guimarães que se pretendem preservar. A explicação acima referida deverá ser objecto de publicação conforme impõe o n.º7 do art.º10 do D.L. n.º163/2006 de 8 e Agosto.

Em face do exposto julgamos não haver inconveniente no deferimento da pretensão.

Relativamente ao pedido de isenção de taxas, temos a informar que o edifício supracitado se encontra abrangido pelo Edital de 7 de Abril de 1997.

O Técnico


(Gil Soares Almeida, Arqt.º)
(José Josias Carvalho, eng.º)

206
m

É de se esperar a
maneira do DUPD.


31/3/2014

O Coordenador


(Arqt. Miguel Frazão)

31/3/2014


O Director de Departamento


(Dr. José Nobre)

CONCORDADO
REMETTA-SE AO
DUPD

2/4/2014

O Vereador


(Dr. José Bastos)

REQUERENTE: JOSÉ DE CASTRO OLIVEIRA
ASSUNTO: LICENÇA ADMINISTRATIVA: OBRAS DE RECONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO e ISENÇÃO DE TAXAS
LOCAL: RUA DE COUROS, N.º 68A
PROC. OBRAS: 447/09
REGISTOS: (DOP) 1445 de 10/03/2014 (DCH) 18/03/2014
DATA: 21/03/2014

Constitui pretensão do requerente, licenciamento de obras de reconstrução, alteração e ampliação de edifício (do qual restam actualmente as paredes periféricas em alvenaria de granito da cave e rés-do-chão) localizado na Zona Especial de Protecção à área classificada pela UNESCO, como Património Cultural da Humanidade.

O processo de obras em causa tem como antecedentes, pedido de informação prévia favorável (reg. DOP 5409 de 28/05/2010), através de proposta de unificação de dois edifícios, com a ocupação funcional de estacionamento na cave, comércio no piso 0, serviços no piso 1 e habitação no piso 2, bem como a reconstrução das fachadas consideradas pré-existentes.

A proposta objecto de licenciamento contempla:

1. A junção de dois lotes, constituindo um conjunto edificado com três pisos acima da cota de soleira (destinados a comércio/serviços no rés-do-chão e habitação nos pisos superiores) e um piso abaixo da cota de soleira destinado a garagem;
2. Manutenção do desenho das fachadas pré-existentes, com paredes em granito existentes no piso em cave e rés-do-chão e reconstrução dos pisos superiores em taipa;
3. Introdução de lajes de betão armado nos pavimentos confinadas às fachadas em granito pré-existentes, estrutura mista em madeira e ferro no piso superior e cobertura estruturada a madeira;
4. Apresentação de Plano de acessibilidades.


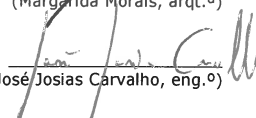
Relativamente aos pontos 1, 2 e 3, julgamos ser de viabilizar o requerido.

→ Quanto ao Plano de Acessibilidades apresentado, o projecto dá cumprimento ao exigido pela legislação com a excepção da Secção 4.8 do D.L. 163/2006, referente aos ressaltos no piso, em virtude da soleira ser superior a 2 cm. Excepciona-se este ponto, enquadrando-se na excepção prevista no n.º 1, art. 10.º do D.L. 163/2006 de 8 de Agosto.

Nos termos do n.º 7, art. 10.º do D.L. 163/2006 a justificação de excepção enquadrada no n.º 1 do art. 10.º, acima referida, deverá ser objecto de publicitação no sítio da Internet do município.

Em face do exposto, do ponto de vista urbanístico julgamos não haver inconveniente no deferimento da pretensão.

Relativamente ao pedido de **isenção de taxas**, temos a informar que o edifício supracitado se encontra localizado dentro da área abrangida pelo Edital de 7/04/97.

Os Técnicos

(Margarida Morais, arqt.ª)

(José Josias Carvalho, eng.º)